

Médico italiano diz que saúde pública resulta de luta social

25 SET 1986

JORNAL DO BRASIL

Luciana Villas-Bôas

“A saúde pública não é um subproduto espontâneo do desenvolvimento econômico, mas o resultado das lutas sociais e uma finalidade programada deste desenvolvimento.” A opinião é do médico e senador pelo Partido Comunista Italiano, Giovanni Berlinguer, 62 anos, uma das maiores autoridades europeias em previdência social.

Irmão mais moço do líder comunista Enrico, morto recentemente, Giovanni Berlinguer participou da formulação da lei de reforma sanitária da Itália, que, aprovada em dezembro de 1978, transformou um sistema de saúde pública precário — e, estruturalmente, bastante semelhante ao brasileiro — numa previdência social eficiente e democrática.

No Brasil, Berlinguer veio participar do 1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, promovido pela Abrasco (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), que está atraindo milhares de profissionais e estudantes da área ao campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para a formulação de estratégias a serem inscritas na próxima Constituição. O sucesso do congresso reflete, para o senador, mais um ponto em comum entre os processos brasileiro e italiano de reforma sanitária.

“Há três anos, vim a outro congresso do gênero, em Ouro Preto, que estava muito menos concorrido”, lembra o senador, que, entre os inúmeros livros publicados, tem apenas *A Saúde nas fábricas* traduzido no Brasil. “O sucesso deste congresso reflete um crescimento notável

Foto de Antonio Teixeira Filho



Giovanni Berlinguer, 62, é senador do PC italiano

da consciência e mobilização da coletividade em torno de seus problemas de saúde, num processo de organização muito semelhante ao que ocorreu na Itália durante a década de 70”, afirma.

Os anos 60, na Itália, registraram extraordinário crescimento econômico que, ao contrário do que se esperava, não foi acompanhado pela melhoria das condições de saúde do povo italiano. Triplicaram os acidentes de trabalho e houve uma deterioração considerável das condições sanitárias dos bairros pobres das grandes cidades.

A década seguinte foi marcada pela explosão dos movimentos sociais de trabalhadores, mulheres, deficientes físicos e outros. Com a lei de reforma sanitária, os trabalhadores obtiveram o direito de controlar as condições ambientais nas fábricas, as mulheres conseguiram a difu-

são do atendimento materno-infantil, os deficientes, instrumentos para atenuar a discriminação social, além da ampliação do atendimento médico-hospitalar e de subsídios para a compra de medicamentos para todas as camadas da população.

— A prevenção das doenças e o atendimento médico-hospitalar são deveres do Estado — afirma o senador Berlinguer, seguro de que previdência social é mais eficiente do que a medicina privada. “Nos Estados Unidos, país por excelência da medicina privada, a mortalidade infantil é mais alta do que na Itália, a expectativa de vida é mais baixa e os gastos médico-hospitalares representam 12% do produto interno bruto, enquanto entre os italianos eles representam entre 5% e 6% apenas” diz o senador registrando, porém, que os sistemas privados não devem sofrer restrições de qualquer tipo além dos controles de qualidade, éticos e higiênicos.

Mas se, para Berlinguer, o processo de crescimento da consciência sanitária é semelhante no Brasil e na Itália — envolvendo movimentos, lutas e até entendimentos entre partidos políticos —, a solução a ser encontrada para o caso brasileiro provavelmente será, segundo ele, bastante diferente da italiana. Ele dá exemplos lembrando a forma como foram encampados hospitais e clínicas após a lei de reforma sanitária: tomaram-se por base as administrações locais, secularmente fortes na Itália. “Não sei se isso seria possível no Brasil”, questiona o senador. E, para concluir, ironiza: “Se nem as revoluções podem ser exportadas, o que dizer então das reformas, ainda mais sanitárias?”